

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Tomaz Silva/Agência Brasil



Bolsonaro é fenômeno de um ciclo maior que ele

Sem novos arroubos de golpe, direita ainda tem força

A prisão no sábado (14) do general Braga Netto fez surgir muitas especulações sobre o que isso pode significar para o futuro da política brasileira. A prisão alcança um dos nomes mais próximos do ex-presidente Jair Bolsonaro e mais fortes no conservadorismo. Sua prisão poderia vir a significar o fim desse atual ciclo da direita brasileira? O economista e cientista político

co Ricardo de João Braga acha que não. "Não deve haver novos arroubos de golpe. Mas também não parece haver muita dúvida de que o Brasil e o mundo deram passos significativos rumo à direita, a uma forma de pensamento mais conservadora", considera Braga. "Bolsonaro foi um fenômeno desse ciclo da direita. Mas esse ciclo é maior que ele", avalia.

Liberais

No mundo, esse ciclo conservador está relacionado, observa Braga, ao desgaste da ideia que prevaleceu desde os anos 80 de ascensão de um liberalismo econômico que, porém, permitiu a ascensão de grupos, como o LGB-TQIA+, e avanços quanto aos direitos humanos.

Conservadores

"Ascendeu um grupo mais conservador, que rejeita fortemente tais ideias", analisa Ricardo de João Braga. Esse grupo viu em Bolsonaro um nome que galvanizava esses valores. "Mas nada impede que outros venham a assumir esse mesmo discurso".

Paulo Pinto/Agência Brasil



Lula é que construirá suas coalizões

Prevalência ideológica depende, porém, da oferta

Isso, então, significa que o vencedor da próxima eleição presidencial virá desse grupo conservador? Não necessariamente, diz Ricardo de João Braga. "Um fator determinante no processo de escolha é sempre a demanda e a oferta política", analisa. Do ponto de vista ideológico, o crescimento desse pensamento conservador

demandava um candidato nessa linha. Mas, nem sempre, é por aí que acontece a oferta de nomes. "O eleitor poderia querer eleger a Madre Teresa de Calcutá. Mas, se ela não é candidata, ele se vê obrigado a votar nos nomes colocados na disputa", compara. O que pode fazer com que a escolha não siga tais extremos.

Lula

Assim, será preciso ver como os candidatos construirão suas chapas. E, nesse sentido, mesmo o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele é do PT, um partido de esquerda. Mas a sua construção será a de uma coalizão ampla. Já foi em 2022. E tende a vir a ser ainda mais.

Reforma

Os ensaios iniciais deverão vir com uma reforma ministerial já no início de 2025. O próprio Lula já sinalizou para essa mudança. Ela acontecerá na comunicação do governo, mas irá se ampliar para outros setores, como a articulação política. Lula sacrificará nomes do PT.

"Cachorrão"

"O PT late, late, mas o cachorrão é o Lula", brinca Ricardo de João Braga. O que o cientista político quer dizer com isso é que, embora o PT muitas vezes procure forçar um caminho mais à esquerda, quem faz essa condução é Lula. É ele quem forma suas coalizões.

Centrão

A expectativa é que a reforma abrigue mais nomes do Centrão. Com dois objetivos. Primeiro, com isso Lula espera ter menos dores de cabeça na relação com o Congresso Nacional. Mas, a partir daí, começa a construir a aliança que estará com ele na reeleição em 2026.



Projeto regulamenta a aplicação dos novos impostos

Câmara dos Deputados aprova reforma tributária

Texto que regulamenta as mudanças vai agora à sanção

Por Karoline Cavalcante

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou, nesta terça-feira (17), o Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/24, que integra as propostas de regulamentação da reforma tributária. O placar foi de 324 votos favoráveis, 123 contrários e três abstenções. A votação, inicialmente prevista para segunda-feira (16), foi adiada após o relator do PLP, deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG), apresentar seu parecer.

Ao abrir a votação, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que os deputados tinham duas opções: o texto da Câmara ou o do Senado. Colocou as duas alternativas para análise. O texto do Senado, porém, de autoria do senador Eduardo Braga (MDB-AM), foi derrotado: 318 votos contrários, 18 favoráveis e sete abstenções. Agora, a matéria seguirá para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Em suas considerações ao colocar em votação a regulamentação da reforma tributária, Lira acrescentou que não existe um "texto ideal".

"Em nenhuma hipótese vamos atender a todas as demandas que o Brasil tem, mais ainda em cima das divergências e interesses de grupos, espaços, estados, municípios e situações do manicômio tributário em que vivemos", afirmou o presidente da Câmara.

Reversão

Como o relator já havia antecipado ao Correio da Manhã na semana passada, seu relatório procurou reverter ao máximo as alterações realizadas pelo Senado no texto original. O principal objetivo das mudanças foi reduzir a alíquota padrão do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) em 0,07 ponto percentual, além de estabelecer um limite de 26,5% para essa alíquota. Caso esse teto seja ultrapassado, o Ex-

cutivo deverá encaminhar um novo PLP em até 90 dias.

"Nós alteramos o texto do Senado para preservar o que é mais importante para o Brasil: impulsionar o crescimento econômico, gerar empregos e criar novas oportunidades para a população", afirmou Reginaldo Lopes durante a sessão.

O relator destacou ainda que a reforma tributária proposta não visa aumentar a carga tributária, mas sim contribuir para a reindustrialização do país. Segundo ele, todas as exclusões e ajustes foram acordados no colégio de líderes com os representantes de todas as bancadas da Casa.

"Estamos criando um novo sistema tributário que ajudará o Brasil e sua reindustrialização. Não vamos mais permitir a cobrança de impostos sobre impostos. A reforma reduzirá a carga tributária para todos os setores da economia, especialmente para o povo brasileiro", acrescentou o deputado.

Mudanças

Entre as mudanças mais significativas, está a reinclusão das bebidas açucaradas, como refrigerantes, no Imposto Seletivo, o chamado "imposto do pecado", que incide sobre produtos prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. Além disso, o relatório retirou a proposta do Senado que concedia um desconto de 60% sobre os serviços de água, esgoto e saneamento para serviços de saúde.

O PLP 68/2024 visa viabilizar o Imposto sobre Valor Agregado (IVA dual), substituindo cinco tributos atuais (ICMS, IPI, ISS, PIS e Cofins) por três novos: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal; o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal; e o Imposto Seletivo, de competência federal. O IVA dual prevê que a arrecadação será transferida da produção para o consumo.

Entenda os principais pontos do projeto aprovado

Por Rudolfo Lago

O ponto principal da reforma tributária que começou a ser aprovada no ano passado é a simplificação do sistema de cobrança de impostos sobre o consumo. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que introduziu a reforma estabeleceu seus princípios básicos. Que agora precisam ser regulamentados para que entrem em prática de forma paulatina até 2030. O projeto aprovado nesta terça-feira (17) é o primeiro passo dessa regulamentação. Ele estabelece os novos impostos e qual a alíquota que será cobrada para eles.

Unificação dos impostos

A reforma tributária cria o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que substituirá, quando o novo sistema estiver implementado, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o Imposto sobre Serviços (ISS), o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Será um IVA dual. Ou seja, na prática, serão dois impostos. O Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) será cobrado pelos estados e municípios. A Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) será co-



Carnes entram na cesta básica e ficam isentas de imposto

brada pela União.

Imposto Seletivo

Além dos dois IVAs, a reforma cria também o Imposto Seletivo (IS), que ganhou o apelido de "imposto do pecado". Trata-se de um imposto com cobrança mais alta, que incidirá sobre produtos que fazem mal à saúde ou dano ao meio ambiente.

Destino

Hoje, o que torna complexo o sistema tributário é que alguns impostos são cobrados na origem do produto ou serviço (onde o produto é fabricado)

e outros no destino. Os novos impostos serão sempre cobrados no destino. Ou seja, a incidência será somente no final da cadeia de produção. Isso permitirá ao consumidor quanto exatamente pagará de imposto na compra de qualquer produto ou serviço.

Alíquotas diferenciadas

Também ficou estabelecido que alguns produtos pagarão alíquotas mais baixas que o valor geral. E alguns, os produtos da Cesta Básica de Alimentos, não pagarão imposto nenhum.

Cashback

A reforma ainda instituiu um modelo chamado de "cashback". Trata-se de um sistema de devolução para as camadas mais pobres da população do que pagarão de impostos sobre alguns produtos e serviços: saneamento e abastecimento de água, energia e gás.

Carnes

O relator do projeto na Câmara, Reginaldo Lopes (PT-MG), voltou a incluir na cesta básica isenta de impostos a carne e outras proteínas.

Açucarados

Reginaldo Lopes incluiu no Imposto Seletivo as bebidas açucaradas, como os refrigerantes, que tinham sido retiradas pelo Senado.

Imposto do pecado

Também entram no "imposto do pecado" cigarros, bebidas alcoólicas, automóveis (mesmo os elétricos), aeronaves e embarcações.

Trava

A reforma estabelece uma trava para evitar aumento da carga tributária do país. Cada vez que a alíquota alcançar essa trava, de 26,5% de alíquota geral, o governo ficará obrigado a modificar alíquotas para manter a cobrança na mesma carga.

Juliano Lennon/Correio da Manhã